

Máscaras do racismo e inscrições corporais negras: entre mistificações, o desaparecer de si e a resistência

Masks of racism and black corporal inscriptions: between mystifications, the disappearance of the self and resistance

Carlos Adriano da Silva Oliveira^{1*}, Maria Cecília de Paula Silva²

RESUMO

O artigo reflete acerca do conceito de corpo, em especial as inscrições corporais negras no Brasil. Conjeturamos sobre sua constituição histórica permeada de mistificações, a apreensão de suas expressões como vetor semântico e a profusão do sensível no tempo presente. Trata-se de resultados de um estudo de doutorado que utilizou de uma abordagem qualitativa, mediada por uma revisão de literatura e elementos da metodologia da pesquisa histórica do tempo presente. A técnica de análise de dados empregada é a produção de sentidos, um modelo de circulação de dados que transforma signos em sentidos. Como resultados, problematizamos as memórias mistificadas atuantes nas narrativas históricas e máscaras do racismo alimentadas por induções a crer em mentiras sobre a suposta chegada/descobrimiento dos colonizadores no Brasil, desdobradas nos debates relacionados a escravismo, miscigenação e a falsa ideia de integração plena dos corpos negros em nossa estrutura social. Mistificações que geram a sentença do convívio habitual com o racismo e as tendências dos corpos negros a desaparecerem de si.

Palavras-chave: Educação; Relações Étnico-raciais; Corpos; Universidade;

ABSTRACT

The article reflects on the concept of the body, especially the black body inscriptions in Brazil. We conjecture about its historical constitution permeated by mystifications, the apprehension of its expressions as a semantic vector and the profusion of the sensible in the present time. These are the results of a doctoral study that used a qualitative approach, mediated by a literature review and elements of the methodology of historical research of the present time. The data analysis technique used is the production of meanings, a data circulation model that transforms signs into meanings. As a result, we problematize the mystified memories active in the historical narratives and masks of racism fed by inductions to believe in lies about the supposed arrival/discovery of the colonizers in Brazil, unfolded in debates related to slavery, miscegenation and the false idea of full integration of bodies blacks in our social structure. Mystifications that generate the sentence of habitual coexistence with racism and the tendencies of black bodies to disappear from themselves.

Keywords: Education; Ethnic-Racial Relations; Corporal; University.

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

*E-mail: carlosadriano0202@ufrb.edu.br

² Universidade Federal da Bahia (UFBA)

INTRODUÇÃO

No livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* Grada Kilomba (2019) nos provoca a pensar sobre a *máscara* como um símbolo das políticas coloniais. No decorrer da escrita, a referida autora problematiza a escravização do sujeito negro e como as produções cotidianas reencenam o passado colonial aprisionando os corpos negros na condição do/a outro/a, expostos à tortura, ao silenciamento e ao colonialismo traumático.

Essa leitura nos remete aos mecanismos de produção de sentidos³ que podem ser pensados na realidade brasileira. Nesse caminho, por intermédio de marcos históricos, tratamos de argumentar sobre a existência de processos de mistificações que tensionam uma lógica na qual as inscrições corporais negras passam por um julgamento cotidiano. As máscaras mistificadas geram a sentença da convivência habitual com o *racismo* e a tendência dos corpos negros ao desaparecer de si, reveladas pelo paradoxo do desvio existencial exposto por Fanon (2008): *o embranquecer ou desaparecer*.

Nesse sentido, ao longo da produção, estamos em consonância com Munanga (2004) conceituando o racismo como uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade (raças – enquanto conceito sociológico) marcada por valores desiguais, classificados e hierarquizados nas dinâmicas psicológicas, morais, intelectuais e estéticas.

Ainda destacamos a resistência das inscrições corporais negras, igualmente o desvio da realidade dessa sentença, como um desagrado a política colonial, enfatizados principalmente por tensões de reparação instituída pelos sujeitos negros e não negros, conscientes dessa realidade racial. Nessa perspectiva, o presente artigo reflete acerca do conceito de corpo, em especial as inscrições corporais negras no Brasil, partindo de sua constituição histórica permeada de mistificações, a apreensão de suas expressões como vetor semântico e a profusão do sensível no tempo presente⁴.

O conceito de corpo é polissêmico e diverso. Importa-nos salientar que em virtude da necessidade de delimitação, o debate em curso traz reflexões sobre o conceito em diálogo com o objetivo citado. Em termos de metodologia, trata-se de uma abordagem qualitativa mediada por elementos da pesquisa histórica do tempo presente (FILHO,

³ Verón (1980).

⁴ No estudo ampliado o objetivo foi compreender as marcas (efeitos) de sentido de docentes universitários sobre inscrições corporais negras no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CFP/UFRB), em Amargosa – BA. A UFRB é um marco histórico da luta dos movimentos sociais e políticos do tempo presente. Instituição de ensino superior gestada por uma política de interiorização do ensino superior federal, sancionada em 2005 no território do Recôncavo da Bahia.

2009), tendo como técnica de análise de dados a produção de sentidos, um modelo de circulação de dados que transforma signos em sentidos (VERÓN, 1980; 2013). Como instrumentos de produção de dados realizamos uma revisão de literatura.

Parafraçando Le Breton (2012; 2016), nós não temos um corpo, nós somos um corpo. Assim, apreendemos o conceito de corpo⁵ como vetor semântico e profusão do sensível. Os corpos produzem sentidos veiculados em circulação com experiências e a recepção sensorial. Ainda nesse sentido, definimos *as inscrições corporais* como estruturantes de uma *marcação social e cultural do corpo*, as quais podem se desdobrar como uma modelagem simbólica variável que atua nas dimensões de remoção, de deformação ou de acréscimo, preenchendo funções no espelho social (LE BRETON, 2007).

As elaborações de abordagem da psicanálise problematizam tal conceito a partir da expressão de tatuagens, *piercings* e escarificações, ou seja, marcações epidérmicas. Nesse cenário, as inscrições corporais surgem como modo de subjetivação (MOREIRA, TEIXEIRA, NICOLAU, 2010). Para além dessa abordagem, em nosso estudo, a perspectiva socioantropológica da preocupação de pesquisa, alimentada pela produção de sentidos e aproximações às lentes epistemológicas dos Estudos Pós-Coloniais, nos remetem a circular os conceitos de *corpo* e de *inscrições corporais*, ampliando sua configuração na dinâmica da Educação das Relações Étnico-raciais e de suas marcas nos corpos negros dentro do contexto histórico brasileiro.

Assim, nossa escolha interpretativa se expande a partir das leituras e da posição antirracista que nutrimos ao longo da formação humana, acadêmica e política, e passamos a elencar as *inscrições corporais negras* como categoria analítica designada a priori no estudo. Neste movimento de circular o conceito, incluímos a pertinência dos códigos e sua perpetuação como matérias significantes (VERÓN, 1980; 2013). Os corpos negros no Brasil habitam o espelho social com marcadores sociais e culturais que perpassam o subjetivo e a marcação epidérmica. Ampliamos ainda o conceito como modelagem simbólica expressa também pela significação da *cor da pele, cabelo, estética*, e para além do sentido aparente, *traços históricos e culturais*: comunalidades dos corpos negros.

As significações, tensões e negociações das *inscrições corporais negras* são fruto de um tempo e um contexto, articulados em princípios coloniais/capitalistas. O

⁵ Uma revisão mais ampla da constituição histórica do conceito de corpo pode ser observado nos estudos de Le Breton (2007, 2016) e Paula Silva (2009).

colonialismo é visto como regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que tem a sua origem na violência e nela se sustenta (CESÁIRE, 2010). Essa exploração e violência também se processam no silenciamento das culturas e, neste estudo, implica categoricamente no campo de luta da produção de referências, das inscrições corporais e do conhecimento nas universidades.

Aimé Césaire (2010), em sua obra *Um Discurso sobre o Colonialismo*, afirma a relação intrínseca entre colonialismo e coisificação, uma barbárie. Ninguém coloniza inocentemente, as aspirações não são por igualdade, o que se aspira é a dominação, potencializando sociedades esvaziadas de si próprias, com possibilidades suprimidas. Ao se perguntar sobre colonização, o autor afirma:

O que é a colonização? Concordamos com o que não é colonização: não é evangelização; não é empresa filantrópica; não é vontade de recusar fronteiras da ignorância, da doença, da tirania, nem propagação de Deus; não é a extensão do direito. Não é a busca por contato (CÉSAIRE, 2010, p. 7).

Demarcar essas linhas sobre o que não é colonização alimenta narrativas simbólicas sobre a produção do colonialismo do contexto desta pesquisa. Na esfera das questões envolvendo os corpos, educação e inscrições corporais negras na universidade, um dos marcadores sociais e culturais é a desigualdade que permeia as relações, e sua leitura está atrelada às dinâmicas e movimentos da estrutura social no tempo presente.

Sobre a produção histórica das inscrições corporais negras, vale afirmar as nuances de *bons e maus usos do passado* (OLIVEIRA, 2018). No Brasil, não de forma ingênua ou desinteressada, a produção de sentidos circulou em torno de uma história única, na qual a condição colonial/capitalista propagou a posição dos corpos negros de forma hierarquizada e classificada como objeto/coisa desse processo.

Destarte, pensando a produção de sentidos, mensuramos as contribuições de Fanon (2008) ao problematizar a condição de corpos negros mistificados. A mistificação (indução a crer em uma mentira) é destacada pelo autor no feitio de peles negras que percorrem uma dupla alienação: alienação do ser (individual) e alienação do pertencer (coletivo). As características básicas dessa dupla alienação é a negação simbólica de sua existência e a disseminação de que o problema do racismo não existe.

A condição de negros/as mistificados/as e brancos/as não menos mistificados/as e mistificadores/as são materiais nos corpos, no âmbito da educação e nas inscrições corporais. Assim, faz-se necessário inquirir a história, os comportamentos habituais

cotidianos, evidenciados em lógicas globais inseridas também nas instituições e configurações de poder socialmente construídas.

Fazendo referência aos corpos negros, afirmamos que *nossa memória*⁶ viva valorizada/reconhecida sofreu ao longo da história do Brasil intensos avanços marcados pelo interesse de ser apagada/silenciada. A mistificação citada anteriormente foi uma constante no processo histórico brasileiro e atua de maneira constitutiva na base das relações sociais envolvendo negros/as e não negros/as.

Considerando as tensões citadas, crucial representar e refletir no presente, sobretudo a respeito das mistificações e suas consequências. Mobiliza-se um pensar amparado no tempo próprio da lembrança, assim:

É no presente que se têm as lembranças que são colocadas em narrativa, e a narrativa também pertence ao presente. O testemunho e a transcrição deste também se situam neste momento, bem como outros processos de um provável processo de editoração desta pesquisa, como sua divulgação e a recepção por parte do leitor (FILHO, 2009, p. 142).

O presente é indispensável, como aludido, é memória viva e constitutiva. A leitura, análise e interpretação das narrativas busca enveredar-se na relação entre testemunhos e marcas de sentido, em especial na compreensão das nuances da memória nessa dinâmica. Nesse caminho, passamos a desenvolver mais especificamente a argumentação sobre as memórias mistificadas da realidade histórica brasileira.

MÁSCARAS DA CHEGADA/DESCOBRIMENTO

A história colonial do contexto brasileiro é permeada de mistificações em torno da ideia ainda propagada da chegada/descobrimto na colonização portuguesa. Em consulta imagética na internet em sites de busca da atualidade, a colonização se apresenta vinculada a *um encontro de culturas* representado pela navegação da armada portuguesa de Pedro Álvares Cabral e a forma *majestosa* como aporta na costa do Brasil. De um lado, a chegada de cortejos e embarcações, porta estandartes, um verdadeiro desfile cerimonial, uma celebração. Tal celebração é também reafirmada por imagens retratando a primeira missa, um hipotético marco de início da história do Brasil em abril do ano 1.500. Esse lado do encontro de culturas é marcado por argumentos heroicos em torno de uma simbólica ideia de desbravamento, expansão e orientação espiritual.

⁶ A apreensão do conceito de memória está atrelada à produção da Tradição Viva acionada por Hampaté Bâ (2010).

A Carta de Pero Vaz de Caminha⁷ (BRASIL, s.d.) é um documento histórico que ilustra bem esse conteúdo heroico citado. A descrição do encontro (*ou achamento desta vossa terra*) é marcada inicialmente por uma dinâmica de *trocas de objetos*⁸/presentes. O teor da narrativa está envolto de detalhes, desde a imponência do Capitão, *sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço*, até a adjetivação dos povos indígenas como *inocentes, com corpos nus que não se preocupam em esconder suas vergonhas*, espantados com a presença portuguesa em terra até um substancial produção de sentido explicitando a condição de *barbárie deles, que não se entendiam e nem se ouviam*.

A nudez dos corpos é enfatizada em vários momentos do referido documento. Em nossa interpretação, em contraste com a ideia do *capitão bem vestido*, o estar despido aciona o efeito de sentido do não ter, remonta uma forma de reduzir a ideia de civilidade, expropriando a humanidade/existência, igualmente assimilando a interpretação dos povos indígenas como coisa/objeto, agora sob o jugo da colônia. Isso pode ser ilustrado no seguinte fragmento, que relata uma incursão da colônia no território:

Bastará dizer-vos que até aqui, como quer que eles um pouco se amansassem, logo duma mão para outra se esquivavam, como pardais, do cevadoiro. Homem não lhes ousa falar de rijo para não se esquivarem mais; e tudo se passa como eles querem, para os bem amansar. [...] do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva. Porém e com tudo isso andam muito bem curados e muito limpos. E naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas, porque os corpos seus são tão limpos, tão gordos e tão formosos, que não pode mais ser. Isto me faz presumir que não têm casas nem moradas a que se acolham, e o ar, a que se criam, os faz tais. Nem nós ainda até agora vimos nenhuma casa ou maneira delas (BRASIL, s. d., p. 8 – 9).

O outro lado da história, as imagens dos povos indígenas participam da narrativa do suposto encontro e exprimem um lugar de aparente curiosidade, contemplação da chegada, seguido de uma *esquiva* em relação ao contato. Esse desdobrar requer, por parte do civilizado colonizador, estratégias que permitam *amansar os corpos, bestiais* como animais (*aves*) sem morada. A afirmação de inocência se repete na condição da nudez, nas relações de troca e também em um relato sobre a dimensão espiritual. A carta indica:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. E, portanto, se os degredados, que aqui

⁷ Escrivão da armada de Pedro Alvares Cabral.

⁸ Esse relato das trocas é descrito com insistência, sempre seguido da afirmação de que as barganhas eram realizadas *por qualquer coisa*.

hã de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hã de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. [...] Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim. (BRASIL, s. d., p. 12).

Ao finalizar a narrativa, uma descrição geral do território inclui o argumento de que *o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar* (BRASIL, s. d., p. 14). A perpetuação dessa narrativa heroica, desbravadora e salvacionista por parte dos colonizadores gerou estereótipos cristalizados no imaginário social, em contrapartida os povos indígenas seriam dotados de preguiça, ingenuidade, incivilidade, ausência de espiritualidade e, sobretudo, desumanização. Portanto, um projeto de coisificação do outro, em curso até o tempo presente. Em nossa interpretação, tal acontecimento histórico se configura em uma semente de apagamento ritualizado dos corpos.

Em outro vetor semântico, pensando na apreensão dos corpos, importante desmistificar a ideia romântica de uma chegada/descobrimto encantada e promotora desse encontro de culturas que valoriza uma vertente existencial de corpos em detrimento de objetificar outros. Ao apontar a barbárie da colonização em relação aos povos indígenas, o professor Edson Kayapó (2021)⁹ afirma a necessidade *de refazer o caminho*. Em suas provocações, ele indica a violência colonial produzindo a imagem de *povos congelados/condenados no passado*. Também demonizados (sem fé), desordeiros e incivilizados. Denuncia, ainda, a falácia atual de desenvolvimento sustentável mercantil/capitalista e a violência de ensinamentos estereotipados nas escolas *que precisam ser quebrados*. Sobre o suposto encontro de culturas, o autor remonta a memória sobre a troca dos *objetos/presentes* dos colonizadores – cobertor, roupas e outros artefatos inseridos na barganha da chegada - contaminados para mobilizar epidemias e o projeto etnocida para os povos indígenas.

Em acordo com Kayapó e Brito (2015), importante refletir sobre a construção da invisibilidade de povos indígenas, em especial o movimento de contradiscurso e ruptura

⁹ Palestra realizada em 22/09/2021. Parceria com o Grupo de Pesquisa DOCFORM/CFP/UFRB, aprovado em Edital PIBEX UFRB 2021 - A proposta Formação Docente: Desafios e possibilidades do fazer pedagógico à luz da lei 11.645/2008 no contexto do Distrito Guerém, Valença-BA. Além da presença do Professor Edson Kayapó (IFBA), o módulo de formação contou com a colaboração da Cacique Jesuína Tupinambá. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u-hq0rPwZwg&t=2373s>

com teorias racistas, extermínio. Essas teorias propagam imagens de povos indígenas integrados a nação como um povo homogêneo, carregado de estereótipos generalistas e de inferiorização. Ressalta-se o tratamento sistemático de estudos, com apoio dos movimentos populares e organizações indigenistas, em evidência o movimento indígena brasileiro, que na década de 1980 centrou esforços em torno da Constituinte no contexto da redemocratização do país. Assim:

[...] as novas abordagens abrem a possibilidade para se repensa o lugar ocupado pelos indígenas na constituição da sociedade nacional e na educação oferecida nas escolas, assim como tais abordagens convergem com a valorização da diversidade sociocultural no Brasil, dando visibilidade aos projetos de autonomia construídos pelos povos indígenas na atualidade (KAIAPÓ e BRITO, 2015, p. 48)

Autonomia, valorização e visibilidades necessárias para a produção de sentidos. Os significados e hierarquias de valor nas produções locais também são princípios para a submissão das culturas em uma perspectiva colonial. As classificações e silenciamentos são justificativas necessárias para promoção de processos de homogeneização cuja função primordial *é a redução do outro ao lugar de ausência, marginalidade e invisibilidade* (OLIVEIRA, 2018; BHABHA, 2013).

No contexto desta investigação, no sentido de atuar contra esse reducionismo marcador de invisibilidade, destacamos o texto de Rego (2018), intitulado João Baitinga: análise sobre protagonismo histórico, a partir da trajetória de um índio (Bahia, 1804-1857). Na produção se desdobra a saga do indígena Kiriri João Baitinga, que viveu na aldeia de Pedra Branca e no Ribeirão (atuais municípios de Santa Terezinha e Amargosa, na Bahia), no período imperial. O modelo colonial de expropriação também se desenrolou em nossa região. A luta pela terra foi intensa em nosso território. Os povos indígenas tinham sua humanidade questionada, eram taxados como pouco evoluídos, não pessoas, objetos. O texto retrata as lutas com várias incursões violentas no contexto.

A despeito dos estereótipos racistas, os povos indígenas resistiram. Rego (2018) buscou fontes no arquivo público da Bahia, analisou correspondências, abaixo-assinados, cartas, documentos oficiais da época e o estudo aponta o protagonismo de João Baitinga e dos povos indígenas nessas lutas históricas. Dentre as estratégias de resistência, destacamos principalmente as articulações coletivas de povoamentos no território, especialmente na região do Ribeirão e Cavaco em Amargosa, também as reivindicações por participação política para escolha de juizes de paz e vereadores do povoado de Pedra

Branca. Atos de resistência à exploração, uma ruptura com ideias de incivilidade e preguiça propagadas pelo colonialismo/capitalista.

Materializar esse protagonismo dos povos indígenas nos remete a conjecturar sobre outros mitos de produção de sentidos que geram a sentença do convívio cotidiano com o racismo. Dessa maneira, outras formas de mistificação produzidas ao longo da história do Brasil se desdobram no tempo presente e circulam como se a condição de opressão dos povos negros fosse algo natural e contínuo. Nesse sentido, passamos a problematizar as máscaras de escravismo perpétuo e miscigenação socialmente construídos.

MÁSCARAS DE ESCRAVISMO PERPÉTUO E MISCIGENAÇÃO

Diante dos caminhos apontados neste texto, atentamos para a compreensão dos sentidos produzidos de inscrições dos corpos negros marcados por imagens de debilidade e degenerescência pautadas na mistificação gerada por máscaras de chegada/descobrimto encantado por um discurso colonial do encontro. Outro marco histórico violento está atrelado a um discurso de *mistura* desenvolvido aos longos das dinâmicas de escravidão e imigração no Brasil.

Segundo Luz (2017, p. 145), no Brasil, as insurgências negras, em especial a resistência dos quilombolas, se alastraram de modo que a grande maioria da população negra já se libertara e vivia nesses espaços antes da proclamação da abolição. Nesse cenário, o *perigo e a ameaça de africanização* foram determinantes para o fim do tráfico e o início de políticas de imigração de brancos. Em síntese, o embranquecimento e a conformação de repressão e desmobilização de valores civilizatórios negros.

O embranquecimento seguiu uma cartilha de acomodação dos corpos com a predisposição de lugares comuns, materializados e naturalizados por intermédio das ações do poder hegemônico em registros como documentos oficiais, livros, nos currículos, nas mídias eletrônicas, nos processos de educação e formação de professores/as. Lugares comuns que implicitamente afirmam o *racismo*, sobretudo nas práticas organicistas do corpo amparadas em uma política de sentido totalitária que objetificou e coisificou as inscrições corporais negras.

As políticas de sentido racista transvestem os argumentos de colonização de diversas formas. Desde o sequestro de negros no continente africano sustentando a escravidão, depois perpassando as evidências da educação branqueada e embelezamento

da nação estruturada nos princípios eugênicos e de higienização tendentes nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX no Brasil. Nesse momento histórico, o projeto civilizatório das elites políticas e intelectuais disseminava a produção de sentidos com intuito de corrigir raças ditas inferiores, no qual os/as negros/as e povos indígenas eram tratados como não civilizáveis, uma parte gangrenada e degenerada (OLIVEIRA, 2018).

As máscaras mistificadas cotidianamente no contexto brasileiro alimentam uma espécie de sentença onde os sentidos produzidos em torno dos corpos negros são reificados em uma esfera de condenação a condição de escravismo perpétuo¹⁰. Tal encarceramento vitalício aprisiona, reduz a humanidade e silencia a resistência a essa imposição de lugares comuns modelados simbolicamente pelo embranquecimento.

Nesse projeto de colonização, discursos/argumentos materializados nas máscaras de mistificação reforçam as dimensões de *mistura, mestiçagem e mérito* como produtos da relação *pura* entre os seres humanos nas relações sociais. Na caminhada inversa a esses argumentos, a história se processo de maneira extremamente violenta. O tempo presente indica uma realidade na qual os povos negros convivem com a *violência, genocídio e exclusão social* (OLIVEIRA e PAULA SILVA, 2018).

No cotidiano, a repetida afirmação da inexistência do problema racial no Brasil¹¹ é celebrada e mascarada por práticas de exclusão nas condições materiais, objetivas e subjetivas de existência dos corpos negros. Assim, Oliveira (2018, p. 73) atenta que diante da pretensa cordialidade racial, emerge um fator a ser problematizado: o silêncio. O silenciamento é uma constante nos conflitos étnico-raciais da sociedade, uma arma para solidificar o mito da democracia racial. O silêncio ganha uma roupagem de suposta igualdade/integração dos corpos negros, fenômeno que passamos a analisar e argumentar na sequência.

MÁSCARAS DA IGUALDADE/INTEGRAÇÃO PLENA

As provocações sobre mistura, mestiçagem e mérito supracitadas nos coloca a questão da mistificação de máscaras da igualdade/integração plena. Apreciamos uma

¹⁰ A condenação e lugares supostamente comuns do embranquecimento podem ser identificadas em publicação do Jornal Correio da Bahia, no dia 07/02/2022, que apresenta a denúncia de um historiador sobre a venda de peças de cerâmica retratando negros acorrentados sendo comercializadas no aeroporto de Salvador. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/apos-acusacao-de-racismo-loja-diz-que-pecas-sao-pretos-velhos-e-as-retira-de-circulacao/>

¹¹ Para ampliar a reflexão, ver Munanga (2006).

posição: a equidade não é igualdade. No Brasil, em virtude das condições objetivas e materiais diferentes, acentuadamente perversas, tratar a todos e todas como iguais reforça o cenário de desigualdade. Por isso nos posicionamos a favor do princípio da equidade, que antes é o equilíbrio, conformidade e justa medida da justiça (OLIVEIRA, 2018).

O argumento de igualdade no discurso colonial do embranquecimento é perpetuado para desmobilizar práticas de articulação/resistência, reconhecimento e reparação. As mistificações são alicerçadas pelo silêncio e práticas de silenciamento. Ao abordar sobre o silêncio, Kilomba (2019, p.43-44) nos transporta a pensar sobre mecanismos de defesa do ego mediados pela negação. Assim, a recusa em admitir aspectos desagradáveis, a recusa em reconhecer a verdade precedem a culpa. Em acordo com a autora, o cenário de resposta a culpa se desdobra também por meio da *intelectualização e da racionalização* de tentativas dos sujeitos brancos de construir uma justificativa lógica para o racismo.

A intelectualização e racionalização ganha ecos. Um exemplo da construção dessa justificativa está registrada na produção de Risério (2022) ao configurar uma argumentação sobre o racismo de negros contra brancos. A descrição de que pretos *já contam, sim, com instrumentos de poder para institucionalizar o seu racismo* são sustentadas por termos como *identitarismo, ignorância, fraudes históricas, e neorracismo identitário*.

Em nossa leitura, essa exposição do tempo presente ilustra a mentalidade das máscaras de mistificação. Kilomba (2019, p. 41) atenta para a *máscara como mecanismo de repressão que silencia*, e nesse caminho coloca a condição desconfortável da confirmação de verdades negadas, reprimidas e mantidas em segredo.

Aqui lançamos a realidade no campo das relações humanas de existência atuais que são representações no tempo presente. Em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) processou um informativo com dados referentes às *Desigualdades Sociais por Cor, Raça do Brasil*. O documento é enfático: Em cargos gerenciais - 68,6% ocupados por brancos, em contraste a 29,9% ocupados por pretos e pardos; Distribuição de renda e condição de moradia, pretos e pardos abaixo da linha da pobreza representam aproximadamente 42%, enquanto brancos nesse extrato representam aproximadamente 19%. Em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade

da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018. As disparidades seguem por indicadores de educação, representação política e violência.

A (re)produção da existência de corpos negros também passa por um tribunal de julgamento fortemente arquitetado. O genocídio da juventude negra é uma marca. De acordo com o Atlas da violência (CERQUEIRA, 2021), em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29, 2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras.

A materialidade da existência remonta as reflexões sobre a institucionalização da máscara de igualdade/integração plena. O racismo e a disposição cor/raça ainda representam critérios de distribuição de lugares sociais. O processo do colonialismo brasileiro perpetua-se nessa esfera de mistificações sobre nossa história, naturalizadas cotidianamente em um jogo de expressões da perversidade. Fazemos referência aos argumentos como *identitarismo e neoracismo identitário* supracitados, estratégicos para desmobilização e nocivos perante a realidade das inscrições corporais negras no contexto.

A reação/resistência de corpos negros coloca em desequilíbrio o ego colonial, mistificado e mistificador, processado também por uma recepção ideal de si. Kilomba (2019, p. 45-46) expressa a *vergonha* do sujeito branco diante do caminho de reconhecimento e reparação onde a *percepção da branquitude como identidade privilegiada* está em voga. Assim, a consciência sobre o racismo se apresenta não como uma questão moral, mas sim como um processo psicológico que exige trabalho.

Vale também retomar o *pacto narcísico* anunciado por Bento (2002). A autora nos adverte que o silêncio não apaga as histórias. O ideário explicitado organizado por práticas coloniais embranquecidas padronizou experiências de aceitação e repulsa, de beleza/consumo, modeladas no seio da sociedade. No caso dos corpos negros, as máscaras tensionam cultural/socialmente o desaparecer de si.

As estruturas e instituições se nutrem desse ideário citado, de modo que suas práticas convergem em contrastes atravessados por disposições do poder. Assim, fazemos referência às inquietações deslocadas do processo histórico reverberando nas instituições sociais, compreendendo-as também como espaços de disputa.

As disputas acompanham signos e significados nos processos de um modelo colonizador branco encantador. O embranquecimento, sob a ótica do pacto narcísico, representa um ajustamento simbólico do belo, civilizado, desejado, algo a ser alcançado (BENTO, 2002). Vale vivificar esses deslocamentos quando refletimos sobre inscrições corporais negras na universidade, a necessária ruptura com máscaras que sustentam mistificações e o racismo cotidiano. Optamos por enfatizar a negociação de práticas que potencializam o reconhecimento e a reparação, pautada na resistência e no combate ao racismo.

NEGOCIAÇÕES E CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Segundo Kilomba (2019, p. 46), no processo de reparação *o indivíduo negocia a realidade*. Neste estudo, pensamos sobre memórias mistificadas e suas consequências. Memórias atuantes nas narrativas de *Máscaras da chegada/descobrimento* dos colonizadores, nas *Máscaras de escravismo perpétuo e miscigenação*, e no tempo presente, *Máscaras da igualdade/integração plena* dos corpos negros em nossa estrutura social. Mistificações que geram a sentença do convívio habitual com o racismo e as tendências dos corpos negros a desaparecerem de si.

Nesse bojo, o desaparecer de si está intimamente vinculado ao apagamento ritualizado dos corpos, atuando em uma dimensão simbólica particular de seus usos. Nossa existência é corporal (LE BRETON, 2013, p. 9) e a lógica de embranquecimento e apreensão do corpo é marcada por experiências de censura e imposição de uma suposta soberania do ego colonial.

Olhares reducionistas colonizadores constroem ritos de apagamento. Esses ritos se processam desde a prevenção ao contato físico com o outro (a imagem imposta de bárbaro), passando por elementos presentes na relação de suposto *encontro/mistura* com povos indígenas, corpos negros sequestrados no continente africano que sofreram, no Brasil, as práticas de eugenia, higienização e projeto de branqueamento da nação, bem como os princípios de igualdade/integração plena personificados na materialização de suas inscrições corporais em uma situação marginal, de desigualdade que gera exclusão.

A sentença de conviver com as mazelas habituais do racismo atravessa as existências materiais, objetivas e subjetivas das inscrições corporais negras. As máscaras do racismo e os argumentos de mistificação/desmobilização convergem com práticas de opressão e violência histórica arquitetadas pela política colonial da branquitude. A produção de um discurso sobre identitarismo não leva em consideração a possibilidade de produção *do/a outro/a tornando-se sujeito*¹² auxiliado por uma identidade política. Desse modo, reagir contra a experiência colonial do embranquecimento é crucial nas dinâmicas de reconhecimento e reparação.

Os corpos negros produzem resistência. Historicamente as comunalidades negras afirmadas produzem um sentido de reação e combate a tendência ao desaparecer de si. Nossas experiências tensionam as estratégias de apagamento ritualizado das inscrições corporais negras. Essa configuração de resistência também se perpetua e está em disputa nas políticas de sentido/existência socialmente construídas e, conseqüentemente, nas instituições de ensino superior brasileiras. No sentido de fazer progredir tal discussão, pretende-se ampliar a reflexão em produções futuras.

REFERÊNCIAS

- BENTO, M. A. S. **Branqueamento e branquitude no Brasil** In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. (Org.) Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2013.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Brasília: MEC, [s.d].
- CERQUEIRA, D. (et al.). **Atlas da Violência 2021** / — São Paulo: FBSP, 2021.
- FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FILHO, E. M. de A. M. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. Fronteiras: **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p.137-151, 2009.
- HAMPÂTÉ BÂ, A. **Tradição viva**. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. (org) Joseph Ki-Zerbo. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.
- KAYAPÓ, E.; BRITO, T. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 15, n. 35, p. 38-68, 17 out. 2015.
- KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

¹² Kilomba (2019).

- LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Trad. Sônia M. S. Fuhrmann. Petrópolis. RJ, Editora Vozes, 2012.
- LE BRETON, D. **Antropologia do corpo**. Trad. Fábio dos Santos Creder Lopes. Petrópolis. RJ, Editora Vozes, 2013.
- LE BRETON, D. **Antropologia dos Sentidos**. Trad. Francisco Morás. Petrópolis. RJ, Editora Vozes, 2016.
- LUZ, M. A. de O. **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira**. 4ª ed. Salvador: EDUFBA, 2017.
- MOREIRA, J.O; TEIXEIRA, L.C.; NICOLAU, R.F. Inscrições corporais: tatuagens, piercings e escarificações à luz da psicanálise. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 585-598, dez. 2010.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2006.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Anais - 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB**. Rio de Janeiro, 2004.
- OLIVEIRA, C. A. da S. **Os encantos e o pecado da maçã: professores/as e a educação das relações étnico-raciais**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2018.
- OLIVEIRA, C. A. da S.; PAULA SILVA, M. C. de. Produção de conhecimentos e inscrições corporais negras: provocações e subjetividades rebeldes. **Anais - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd - GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais**. João Pessoa – PB. 2018.
- PAULA SILVA, M. C. de. **Do corpo objeto ao sujeito histórico: perspectiva do corpo na história da Educação Brasileira**. Salvador, EDUFBA, 2009.
- REGO, A. de A. João Baitinga: análise sobre protagonismo histórico, a partir da trajetória de um índio (Bahia, 1804-1857). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS** Vol. 10 Nº 20, julho - dezembro, 2018.
- RISÉRIO, A. Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 jan. 2022.
- VERÓN, E. **A produção de sentidos**. São Paulo. Cultrix. Editora da Universidade de São Paulo. 1980.
- VERÓN, E. **La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes**. 1. ed. Buenos aires: Paidós. 2013.

Recebido em: 05/02/2022

Aprovado em: 08/03/2022

Publicado em: 10/03/2022